



CÂMARA MUNICIPAL DO IPOJUCA
CASA JOSÉ GOMES DE VASCONCELOS

**CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NO QUADRO PERMANENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DO IPOJUCA/PE**

CADERNO DE PROVA - TURNO TARDE

Prova: ANALISTA DE AUDITORIA E CONTROLE DE CONTAS

Data: 24/09/2023

LEIA COM ATENÇÃO

PROVA

Além deste Caderno de Provas, contendo 50 (cinquenta) questões objetivas, você receberá do fiscal de sala, uma folha destinada às respostas das questões objetivas (Folhas de Respostas).

TEMPO

O tempo disponível para realização da prova, incluído o tempo para a marcação da Folha de Respostas, será 03(três) horas:

- Permanência mínima de 02 (duas) horas após o início da prova;
- O candidato poderá levar o Caderno de Provas, 15(quinze) minutos antes do horário previsto para o término da prova.

É PROIBIDO

Folhear o Caderno de Provas antes da autorização do Fiscal;
Qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova;
Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala;
Fazer uso dos sanitários, após o término da prova;
Sair do prédio de aplicação das provas, portando a Folha de Respostas, documento oficial para avaliação.

INFORMAÇÕES GERAIS

- Só abra este caderno de provas após ler todas as instruções e, quando for autorizado pelo Fiscal de Sala;
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal de sala, para que sejam tomadas as providências;
- Preencha seus dados pessoais no quadro abaixo;
- Autorizado o início da prova, verifique se este caderno contém 50 questões;
- Todas as questões desta prova são de múltipla escolha, apresentando como resposta uma alternativa;
- Assinale a resposta de cada questão no corpo da prova e, só depois, transfira os resultados para a Folha de Respostas;
- Confira, na sua Folha de Respostas, todos os seus dados impressos, nome, número de inscrição, documento de identidade e data de nascimento;
- Para marcar a Folha de Respostas, utilize caneta esferográfica de cor azul ou preta(material transparente). A marcação é definitiva, não admitindo rasuras e em nenhuma hipótese, ela será substituída;
- Não risque, não amasse, não dobre e não suje a Folha de Respostas, pois isso poderá prejudicá-lo;
- Os fiscais não estão autorizados a emitir opinião, nem a prestar esclarecimentos sobre o conteúdo da prova, cabe exclusivamente ao candidato, interpretar e decidir;
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais, quando do ingresso e da saída dos sanitários durante a realização da prova;
- Terá sua prova anulada e será automaticamente eliminado da seleção, o candidato que fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição e/ou em qualquer outro meio, que não seja a prova ou a Folha de Respostas;
- Ao terminar a prova, o candidato entregará ao fiscal de sala, obrigatoriamente, sua Folha de Respostas.
- Os 03 (três) últimos candidatos, ao terminarem as provas, deverão permanecer juntos na sala de provas, sendo liberados somente após os três terem entregado o material utilizado e terem seus nomes registrados na Ata, além de coletadas suas respectivas assinaturas;
- Qualquer tentativa de fraude implicará imediata denúncia à autoridade competente, que tomará as medidas cabíveis com prisão em flagrante dos envolvidos.



Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

NOME			
INSCRIÇÃO	SALA	IDENTIDADE	ORGAO/UF

Leia o texto a seguir para responder às questões de 01 a 08.

**Moraes diz que Estado é omissos com moradores de rua e proíbe remoções forçadas.
Ministro deu 120 dias para que governo federal crie uma política nacional sobre o tema.**

Brasília – 25 jul. 2023

José Marques

O ministro [Alexandre de Moraes](#), do [STF](#) (Supremo Tribunal Federal), determinou nesta terça-feira (25) que o governo federal crie em 120 dias um plano de ação e monitoramento para que seja implementada uma política nacional sobre [moradores de rua](#).

Ele também ordenou, de forma imediata, que estados, Distrito Federal e municípios sigam as diretrizes de um decreto federal de 2009 que instituiu a chamada Política Nacional para a População em Situações de Rua.

O ministro decidiu ainda que, no âmbito de suas zeladorias urbanas, os Executivos devem efetivar medidas que garantam a segurança pessoal e dos bens das pessoas em situação de rua nos abrigos institucionais.

Moraes proíbe o recolhimento forçado de bens e pertences e ordena que sejam disponibilizados o apoio da vigilância sanitária para garantir abrigo aos animais dos moradores de rua.

É proibido, ainda, o emprego de técnicas da chamada "arquitetura hostil" contra a população de rua ou o levantamento de barreiras que dificultem o acesso a serviços públicos.

A zeladoria urbana terá que divulgar previamente o dia, o horário e o local de suas ações, para que os moradores de rua recolham seus pertences e haja limpeza dos espaços sem conflito.

De acordo com a decisão de Moraes, o governo federal terá que elaborar nos 120 dias um diagnóstico atual da população de rua, identificando perfis, procedências e suas principais necessidades.

A ideia é criar instrumentos de diagnóstico dessa população para a criação de políticas públicas. O diagnóstico deve amparar a criação de meios de fiscalização de processos de despejo e reintegração de posse no país e seu impacto na população de rua, por exemplo.

Além disso, servirá para a elaboração de diretrizes para intervenções do poder público, pautadas em tratamento humanizado e não violento da população de rua.

Em 120 dias, municípios e Distrito Federal também terão que fazer um "diagnóstico pormenorizado da situação nos respectivos territórios" com a indicação do quantitativo de pessoas de rua por área geográfica, quantidade e local das vagas de abrigo e de capacidade de fornecimento de alimentação.

A decisão de Moraes foi feita a pedido da Rede Sustentabilidade, do PSOL e do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto).

Eles sustentam que há um "estado de completa omissão estatal" sobre a população de rua e não há "política pública eficaz para atender a esse grupo vulnerável", além de não haver um censo nacionalmente coordenado para estimar sua dimensão.

Em sua decisão, Alexandre de Moraes disse que "a violação maciça de direitos humanos, a indicar um potencial estado de coisas inconstitucional, impele o Poder Judiciário a intervir, a mediar e a promover esforços na reimaginação de uma estrutura de enfrentamento para as mazelas que, lastimavelmente, caracterizam uma determinada conjuntura, tal qual aquela que se apresenta".

"Assim, embora seja possível, como visto, impor medidas concretas mais urgentes no intuito de garantir um mínimo de existência digna, também revela-se necessário mobilizar os demais poderes, tanto mais afeitos às especificidades das políticas públicas, na construção de uma solução robusta e duradoura", acrescentou o ministro.

"A dignidade das pessoas em situação de rua é direito humano inviolável, logo, é inaceitável a dependência de sua realização à benevolência de particulares, em razão da omissão do Estado", acrescentou Moraes.
[...]

<https://www1.folha.uol.com.br>

Questão 01

De acordo com os elementos constitutivos do texto, é correto classificá-lo como um(a):

- a) crônica argumentativa, uma vez que apresenta uma opinião sobre tema relacionado ao cotidiano.
- b) editorial, uma vez que expressa a opinião do jornal em nome de um coletivo.
- c) resenha, posto que descreve e correlaciona informações sobre o tema em foco.
- d) artigo de opinião, pois defende um ponto de vista com uso de linguagem pessoal.
- e) reportagem, pois apresenta informações concretas sobre o tema e identificação do repórter.

Questão 02

"A ideia é criar instrumentos de diagnóstico dessa população para a criação de políticas públicas. O diagnóstico deve amparar a criação de meios de fiscalização de processos de despejo e reintegração de posse no país e seu impacto na população de rua, por exemplo." 8º§

A construção desse trecho do texto é marcada predominantemente pela função da linguagem

- a) expressiva, pois o texto está centrado na subjetividade e na opinião do autor.
- b) referencial, uma vez que a mensagem está centrada em dados reais e objetivos.
- c) conativa, pois o foco da mensagem está no leitor, com o objetivo de dissuadi-lo.
- d) metalinguística, porque o código da língua é utilizado para explicar a si mesmo.
- e) fática, uma vez que o autor busca estratégias para manter a interação com seu receptor.

Questão 03

De acordo com o texto, está correta a seguinte afirmativa:

- a) A decisão do ministro Alexandre de Moraes mostra que é possível resolver o problema da pobreza com uma decisão judicial.
- b) O STF formou maioria para confirmar a decisão de Moraes, concordando que a miséria é consequência da desigualdade social e da má distribuição de renda.
- c) A determinação de Moraes para implementação de políticas voltadas a moradores de rua é uma nova afronta à separação dos poderes.
- d) O ministro do STF disse que o Estado é lacunoso no enfrentamento dos problemas de moradores de rua e na garantia dos direitos humanos.
- e) A decisão do ministro do STF dificultará as invasões de espaços públicos por parte de movimentos extremistas.

Releia o parágrafo a seguir e responda às questões 04 e 05.

"A dignidade das pessoas em situação de rua é direito humano inviolável, logo, é inaceitável a dependência de sua realização à benevolência de particulares, em razão da omissão do Estado", acrescentou Moraes." 15º§

Questão 04

Sobre a organização do parágrafo acima, é correto classificar o segmento destacado como

- a) parágrafo-padrão.
- b) ideia secundária.
- c) desenvolvimento do parágrafo.
- d) conclusão do parágrafo.
- e) tópico frasal.

Questão 05

- O conectivo “logo”, que relaciona as orações do parágrafo acima, pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por
- por conseguinte.
 - porquanto.
 - conquanto.
 - apesar de que.
 - no entanto.

Questão 06

“[...] há um ‘estado de completa omissão estatal’ sobre a população de rua e não há ‘política pública eficaz para atender a esse grupo vulnerável’ [...].” 12º§

As duas ocorrências de “a”, conforme destaques acima, são, respectivamente:

- artigo e pronome.
- artigo e preposição.
- artigo e artigo.
- preposição e preposição.
- pronome e preposição.

Questão 07

“[...] impele o Poder Judiciário a intervir, a mediar e a promover esforços [...].” 13º§

Os verbos destacados, na 3ª pes. do plural do presente do indicativo e na 1ª pes. do singular do futuro do subjuntivo, na ordem em que se encontram na frase, estão corretamente conjugados em:

- interveem – mediar.
- intervém – mediar.
- intervêm - mediar.
- intervêm – medeie.
- intervenham – medeie.

Questão 08

“Ministro deu 120 dias para que governo federal crie uma política nacional sobre o tema.”

A oração sublinhada é classificada como

- subordinada adverbial final.
- subordinada adverbial temporal.
- subordinada substantiva apositiva.
- subordinada adjetiva restritiva.
- coordenada sindética explicativa.

Questão 09

A frase em que ocorre desvio da norma padrão é:

- A decisão do ministro repercutiu mal entre alguns juristas.
- Esse é um flagrante desrespeito ao grupo vulnerável.
- Lutamos por que um dia haja menos desigualdade.
- Onde vamos chegar com tanta desigualdade social?
- Dispensio o supérfluo, preocupo-me apenas com o essencial.

Questão 10

A substituição do elemento grifado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes, está correta em:

- É preferível sofrer o mal a praticar o mal. = praticar-lhe.
- Os homens louvam a virtude, porém não praticam a virtude. = lhe praticam.
- O documento que enviei a você é confidencial. = o enviei.

- d) Os policiais viram dois homens saltar pela janela. = viram-nos
- e) Convidou o rapaz a sair daquele local. = convidou-lhe.

Questão 11

A acentuação gráfica ou sua ausência está incorreta em:

- a) Eles creem nas medidas do ministro do STF.
- b) O policial não pôde remover o morador de rua.
- c) Assembléia Legislativa debate políticas públicas.
- d) Especialistas preveem mudanças de cenário.
- e) Acabei de perder o voo para Salvador.

Questão 12

Há erro de regência verbal em:

- a) O governo assistirá as populações carentes.
- b) Informo-lhe de que viajarei amanhã.
- c) Custou-me perceber que me enganavam.
- d) Cheguei ao aeroporto com antecedência.
- e) Precisa-se de pessoas com atitude.

Questão 13

Marque a alternativa em que a frase apresenta desvio de concordância verbal.

- a) A maioria dos brasileiros aprova a decisão do ministro.
- b) Podem provocar divergências de opiniões algumas decisões do STF.
- b) Existem mais de oitenta mil moradores de rua em São Paulo.
- d) Indicaram-se as medidas cabíveis em casos de descumprimento da regra.
- e) Persiste por muito tempo na humanidade os efeitos da desigualdade social.

Questão 14

Assinale a alternativa que apresenta pontuação correta da frase.

- a) O ministro do Supremo Tribunal Federal determinou, que o governo elabore plano de ação e monitoramento referente à implementação da política nacional para a população de rua num prazo de cento e vinte dias.
- b) O ministro do Supremo Tribunal Federal determinou que o governo elabore plano de ação e monitoramento, referente à implementação da política nacional para a população de rua, num prazo de cento e vinte dias.
- c) O ministro do Supremo Tribunal Federal determinou que o governo elabore plano de ação e monitoramento referente à implementação da política nacional para a população de rua num prazo de cento e vinte dias.
- d) O ministro do Supremo Tribunal Federal, determinou que o governo elabore plano de ação e monitoramento referente à implementação da política nacional para a população de rua num prazo de cento e vinte dias.
- e) O ministro do Supremo Tribunal Federal determinou, que o governo elabore plano de ação e monitoramento referente à implementação da política nacional para a população de rua, num prazo de cento e vinte dias.

Questão 15

As alternativas a seguir apresentam duas palavras cognatas, exceto em:

- a) corpanzil, incorpóreo.
- b) vida – vidente.
- c) adivinhar - adivinhação.
- d) luzidio – reluzente.
- e) legalizar – legislativo.

PROVA: CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 16

O objetivo da elaboração e divulgação da informação contábil é fornecer informação para fins de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) e tomada de decisão.

As características qualitativas são atributos que tornam a informação útil para os usuários e dão suporte ao cumprimento dos objetivos da informação contábil. Assinale a alternativa abaixo que contém apenas características qualitativas da informação contábil:

- a) Relevância, Representação Fidedigna, Compreensibilidade e Tempestividade.
- b) Representação Fidedigna, Compreensibilidade, Relevância e Informação irrelevante.
- c) Comparabilidade, Compreensibilidade, Verificabilidade e Tomada de decisão.
- d) Tomada de decisão, Tempestividade, Responsabilidade Fiscal e Relevância.
- e) Responsabilização, Representação Fidedigna, Verificabilidade e Tempestividade.

Questão 17

O orçamento é um importante instrumento de planejamento de qualquer entidade, seja pública ou privada e representa o fluxo previsto de ingressos e de aplicações de recursos em determinado período. As Receitas Orçamentárias são disponibilidades de recursos financeiros que ingressam durante o exercício e que aumentam o saldo financeiro da instituição. Com relação às etapas da receita orçamentária, analise a afirmação abaixo e faça o que se pede:

“...procedimento administrativo que verifica a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente, determina a matéria tributável, calcula o montante do tributo devido, identifica o sujeito passivo e, sendo o caso, propõe a aplicação da penalidade cabível.”

O texto em destaque se refere a qual etapa da Receita Orçamentária?

- a) Previsão
- b) Lançamento
- c) Arrecadação
- d) Recolhimento
- e) Pagamento

Questão 18

Leia as afirmativas abaixo.

I – aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

II – a lei não prejudicará o direito adquirido e o ato jurídico perfeito, apenas a coisa julgada.

III – no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

IV – a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e IV, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) I, III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Questão 19

A renúncia de receita ocorre, quando um gestor público concede incentivos ou benefícios, estabelecendo medidas a serem observadas pelo ente público que decidir pela concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita. Assinale abaixo a alternativa que contempla espécies corretas de renúncia de receita.

- a) Anistia, Remissão e Isenção.
- b) Remissão, Isenção e Imunidade.
- c) Imunidade; Isenção e Anistia.

- d) Remissão, Dispensa e Isenção.
- e) Renúncia, Isenção e Isenção.

Questão 20

Para ser completo, um relatório de auditoria deve incluir todas as informações e argumentos necessários para abordar o(s) objetivo(s) e as questões de auditoria, sendo suficientemente detalhado para oferecer uma compreensão do objeto, dos achados e das conclusões da auditoria. Devido aos diversos temas possíveis em uma auditoria operacional, o conteúdo e a estrutura do relatório de auditoria poderão variar. Normalmente, por razões de transparência e accountability, o conteúdo mínimo de um relatório de auditoria operacional inclui:

- I. o objeto,
- II. o(s) objetivo(s) e/ou as questões de auditoria;
- III. os critérios de auditoria e as suas fontes;
- IV. os métodos específicos de auditoria para coleta e análise de dados aplicados;
- V. o período de tempo abrangido;
- VI. as fontes de dados;
- VII. as limitações dos dados utilizados;
- VIII. os achados de auditoria;
- IX. as conclusões e, caso haja alguma, as recomendações.

Com relação aos itens acima, assinale a resposta correta:

- a) Todos estão corretos.
- b) Estão corretos os itens I, II, III, IV e V apenas.
- c) Estão corretos os itens I, II, V, VI e VII apenas.
- d) Estão corretos os itens II, IV, VI e VIII apenas.
- e) Estão corretos os itens I, II e III apenas.

Questão 21

Leia as afirmativas abaixo e marque V para verdadeiro e F para falso.
Compete à União instituir impostos sobre:

- () importação de produtos estrangeiros.
- () operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.
- () produtos industrializados.
- () operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- a) V-V-F-F
- b) V-F-V-F
- c) F-V-F-V
- d) V-F-V-V
- e) V-V-V-V

Questão 22

Para realizar uma auditoria de alta qualidade dentro de um prazo limitado, o auditor precisa considerar a auditoria operacional como um projeto, no sentido de que envolve planejamento, organização, segurança, gerenciamento, liderança e controle dos recursos para atingir objetivos específicos.

A afirmação acima trata especificamente de um ponto específico da Auditoria chamado de:

- a) Natureza da Auditoria.
- b) Filosofia da Auditoria.

- c) Papel da Auditoria.
- d) Planejamento da Auditoria.
- e) Qualidade da Auditoria.

Questão 23

O objetivo de documentar o trabalho de auditoria realizado é tanto aumentar a transparência sobre o trabalho realizado como permitir a um auditor experiente, sem nenhuma conexão prévia com a auditoria, entender as questões significativas surgidas durante a auditoria, as conclusões/opiniões alcançadas e os julgamentos profissionais significativos realizados para chegar a essas conclusões/opiniões. Essa documentação inclui, conforme apropriado, exceto:

- a) uma explicação do objeto da auditoria.
- b) a avaliação de riscos, a estratégia e o plano de auditoria e os documentos relacionados.
- c) os métodos aplicados, o escopo e o período coberto pela auditoria.
- d) a natureza, a época e a extensão dos procedimentos de auditoria realizados.
- e) o período de tempo abrangido.

Questão 24

Julgue Verdadeiro (V) ou Falso (F), com relação aos critérios de auditoria adequados, sejam de legalidade ou de legitimidade, que apresentam as seguintes características:

- () relevância: critérios relevantes resultam na informação do objeto que auxilia a tomada de decisões do(s) usuário(s) previstos(s);
- () completude: critérios são completos, quando a informação do objeto, preparada de acordo com eles não omite fatores relevantes que poderiam se esperar, razoavelmente, que afetem decisões do(s) usuário(s) previsto(s) tomadas com base nessa informação do objeto;
- () confiabilidade: critérios confiáveis resultam em conclusões consistentes, quando usados e examinados da mesma forma, por outro auditor, nas mesmas circunstâncias;
- () neutralidade: critérios neutros resultam em informação do objeto livre de viés, como apropriado nas circunstâncias do trabalho;
- () compreensibilidade: critérios compreensíveis resultam em informação do objeto que pode ser compreendida pelo(s) usuário(s) previsto(s);
- () utilidade: critérios úteis resultam em achados e conclusões que atendem as necessidades de informação do(s) usuário(s);
- () comparabilidade: critérios comparáveis são consistentes com aqueles utilizados nas auditorias de conformidade com outras entidades ou atividades semelhantes e com aqueles utilizados nas auditorias anteriores da entidade auditada;
- () aceitabilidade: critérios aceitáveis são aqueles com os quais especialistas independentes na área, entidades auditadas, poder legislativo, mídia e público em geral, geralmente concordam;
- () disponibilidade: os critérios são disponíveis para o(s) usuário(s) previsto(s) de tal forma que eles entendam a natureza do trabalho de auditoria realizado e a base para o relatório de auditoria.

A sequência correta é:

- a) V,V,V,V,V,V,V,V.
- b) F,F,F,F,F,F,F,F.
- c) F,V,F,V,F,V,F,V,F.
- d) V,F,V,F,V,F,V,F,V.
- e) V,V,V,F,F,F,V,F,F.

Questão 25

O julgamento profissional para determinar se o agente público é ou não pessoalmente responsável por atos de não conformidade pode incluir, exceto:

- a) Uma avaliação da forma como as responsabilidades mencionadas pela lei ou incluídas na descrição do cargo do agente público foram realizadas.

- b) Determinar se o ato de não conformidade ou ilegal do agente público causou perda identificada, mau uso ou desperdício de fundos ou bens públicos.
- c) Uma avaliação das possíveis circunstâncias excludentes de responsabilidade (isto é, força maior, circunstâncias imprevisíveis).
- d) Uma avaliação das relações entre contadores públicos e gestores públicos e os possíveis efeitos e as consequências que os atos de não conformidade podem ter.
- e) Aceitabilidade: critérios aceitáveis são aqueles com os quais especialistas independentes na área, entidades auditadas, poder legislativo, mídia e público em geral, geralmente concordam.

Questão 26

Evidência de auditoria suficiente está relacionada com a decisão sobre o nível de asseguuração. Para formar uma conclusão com asseguuração razoável, o auditor precisa obter mais evidência do que em um trabalho de asseguuração limitada. A quantidade de evidência requerida depende do risco da auditoria (quanto maior o risco, provavelmente mais evidência será requerida) e da qualidade de tais evidências (quanto maior a qualidade, menos evidência será requerida). Mas, ao mesmo tempo, o auditor sempre avalia que a quantidade de evidência depende das especificidades de uma determinada auditoria e não apenas da quantidade ou qualidade da evidência de auditoria. Dessa forma, a suficiência e a adequação da evidência estão inter-relacionadas. A evidência de auditoria é obtida, usando uma variedade de métodos, exceto:

- a) Observação.
- b) Inspeção.
- c) Indagação.
- d) Confirmação externa.
- e) Leitura e interpretação do processo.

Questão 27

A transformação é a operação pela qual a sociedade passa, independentemente de dissolução e liquidação, de um tipo para outro.

A _____ é a operação pela qual uma ou mais sociedades são absorvidas por outra, que lhe sucede em todos os direitos e obrigações.

Assinale a alternativa correta que contempla o item faltante:

- a) Incorporação.
- b) Fusão.
- c) Cisão.
- d) Transformação.
- e) Auditoria.

Questão 28

Os dados abaixo foram extraídos do Balanço Patrimonial de um ente público:

Passivo	Ano X2		Ano X1	
	Exercício Atual		Exercício Anterior	
Passivo Circulante Nota 7	526.615,03		41.893,75	
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a curto prazo	0,00		0,00	
Empréstimos e financiamentos a curto prazo	0,00		0,00	
Fornecedores e contas a pagar a curto prazo F Nota 8	22.111,29		28.985,00	
Obrigações fiscais a curto prazo	0,00		0,00	
Obrigações de repartição a outros entes	0,00		0,00	
Provisões a curto prazo	0,00		0,00	
Demais obrigações a curto prazo F Nota 9	504.503,74		12.908,75	
Passivo não Circulante	0,00		0,00	
Obrigações trabalhistas, prev. e assist. a pagar a longo prazo	0,00		0,00	
Empréstimos e financiamentos a longo prazo	0,00		0,00	
Fornecedores e contas a pagar a longo prazo	0,00		0,00	
Obrigações fiscais a longo prazo	0,00		0,00	
Provisões a longo prazo	0,00		0,00	
Demais obrigações a longo prazo	0,00		0,00	
Resultado diferido	0,00		0,00	
TOTAL DO PASSIVO	526.615,03		41.893,75	

Com relação aos dados apresentados; podemos concluir:

- Em uma análise horizontal, a variação do total do passivo do ano X2, com relação ao ano X1, foi de aproximadamente 1257%.
- Em uma análise horizontal a variação do total do passivo do ano X1, com relação ao ano X2, foi de 1275%.
- Em uma análise vertical o total do passivo representa 38%.
- Em uma análise Vertical o total do passivo representa 46%.
- Em uma análise horizontal a variação do total do passivo do ano X2, com relação ao ano X1, foi de aproximadamente 1115%.

Questão 29

Empenho, segundo o art. 58 da Lei nº 4.320/1964, é o ato emanado de autoridade competente que cria para o Estado obrigação de pagamento pendente ou não de implemento de condição. Consiste na reserva de dotação orçamentária para um fim específico. O empenho será formalizado mediante a emissão de um documento denominado "Nota de Empenho", do qual deve constar o nome do credor, a especificação do credor e a importância da despesa, bem como os demais dados necessários ao controle da execução orçamentária. Os empenhos podem ser classificados em:

- Ordinário, estimativo e global.
- Ordinário, estimativo e contratual.
- Global, ordinário e não ordinário.
- Ordinário, global e facultativo.
- Calculável, estimativo e ordinário.

Questão 30

Leia atentamente e faça o que se pede:

O ato da emissão do empenho, na ótica orçamentária, constitui a despesa orçamentária e o passivo financeiro para fins de cálculo do superávit financeiro.

Os registros contábeis, orçamentários e de controle, sob a ótica do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) são evidenciados a seguir:

No momento do empenho da despesa orçamentária (ocorrência do fato gerador depois do empenho):

Natureza da informação: orçamentária
D 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível
C 6.2.2.1.3.01.xx ?

Natureza da informação: controle
D 8.2.1.1.x.xx.xx Execução da Disponibilidade de Recursos
C 8.2.1.1.2.xx.xx DDR Comprometida por Empenho

Assinale a alternativa que contém a contrapartida correta do lançamento faltante:

- a) Crédito empenhado a liquidar.
- b) Crédito empenhado liquidado.
- c) Variação Patrimonial Diminutiva: Empenho.
- d) Variação Patrimonial Diminutiva: Empenho a liquidar.
- e) Passivo circulante: Empenho a liquidar.

Questão 31

Os Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário manterão, de forma integrada, sistema de controle interno com a finalidade de, exceto:

- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União.
- b) Comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração federal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.
- c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União.
- d) Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.
- e) Aplicar aos responsáveis, em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas, as sanções previstas em lei, que estabelecerá, entre outras cominações, multa proporcional ao dano causado ao erário.

Questão 32

Analise as afirmações a seguir:

- I. Julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos da administração direta e indireta, incluídas as fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Público federal, e as contas daqueles que derem causa à perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao erário público;
- II. Apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;
- III. Fiscalizar a aplicação de quaisquer recursos repassados pela União mediante convênio, acordo, ajuste ou outros instrumentos congêneres, a Estado, ao Distrito Federal ou a Município;
- IV. Assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade;
- V. Representar, ao Poder competente, sobre irregularidades ou abusos apurados.

As atribuições acima são de exclusividade

- a) do Controle Externo do Tribunal de Contas.
- b) do Controle Interno do Analista de Controle Interno.
- c) da Receita Federal do Brasil.
- d) das Câmaras Municipais.
- e) das Prefeituras.

Questão 33

Estabelecido, de forma expressa, pelo caput do art. 2º da Lei no 4.320/ 1964, recepcionado e normatizado pelo § 5º do art. 165 da Constituição Federal, determina que a LOA (Lei Orçamentária Anual) de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

A afirmação acima faz referência ao Princípio Orçamentário da:

- a) Universalidade.
- b) Orçamento Bruto.
- c) Unidade.
- d) Exclusividade.
- e) Legalidade.

Questão 34

A normatização dos procedimentos contábeis relativos a provisões, passivos contingentes e ativos contingentes foi elaborada com base na Norma Brasileira de Contabilidade (NBC TSP) 03 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, do Conselho Federal de Contabilidade. Provisões são obrigações presentes, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem, para a entidade, saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços, e que possuem prazo ou valor incerto. De acordo com o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), são exemplos de provisões aplicadas ao setor público, exceto:

- a) Provisões para riscos trabalhistas.
- b) Provisões para riscos fiscais.
- c) Provisões para riscos cíveis.
- d) Provisões para repartição de créditos tributários.
- e) Provisão para Devedores Duvidosos.

Questão 35

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte. O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira das entidades do setor público. Assinale a alternativa abaixo, que não é contemplada no Balanço Financeiro:

- a) A receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte / destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas.
- b) Os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários.
- c) As transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária, destacando os aportes de recursos para o RPPS.
- d) O saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.
- e) Créditos adicionais autorizados nos últimos quatro meses do exercício anterior ao de referência e reabertos no exercício de referência.

Questão 36

O controle da execução orçamentária compreenderá:

- I - a legalidade dos atos de que resultem a arrecadação da receita ou a realização da despesa, o nascimento ou a extinção de direitos e obrigações;
- II - a fidelidade funcional dos agentes da administração, responsáveis por bens e valores públicos;
- III - o cumprimento do programa de trabalho expresso em termos monetários e em termos de realização de obras e prestação de serviços.

Está(ão) correto(os) apenas o(s) item(ns):

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) I, II e III.
- d) III.
- e) II.

Questão 37

Enumere a segunda coluna de acordo com a primeira:

1 - Ativo	() Recurso econômico presente controlado pela entidade como resultado de eventos passados.
2 - Passivo	() Obrigação presente da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos passados
3 – Patrimônio Líquido	() Participação residual nos ativos da entidade após a dedução de todos os seus passivos.
4 – Receitas	() Aumentos nos ativos, ou reduções nos passivos, que resultam em aumento no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o patrimônio.
5 - Despesas	() Reduções nos ativos, ou aumentos nos passivos, que resultam em reduções no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a distribuições aos detentores de direitos sobre o patrimônio.

A sequência correta é:

- a) 1, 2, 3, 5 e 4.
- b) 5, 4, 3, 2 e 1.
- c) 3, 2, 4, 5 e 1.
- d) 1, 2, 4, 5 e 3.
- e) 2, 3, 1, 5 e 4.

Questão 38

O auditor desenvolve um plano de auditoria para a auditoria de conformidade. A estratégia de auditoria é um insumo essencial para o plano de auditoria. O plano de auditoria pode incluir, exceto:

- a) A natureza, época e extensão dos procedimentos de auditoria planejados, e quando eles serão executados.
- b) Uma avaliação de riscos e controles internos relevantes para a auditoria.
- c) Os procedimentos de auditoria desenvolvidos em resposta aos riscos.
- d) As possíveis evidências a serem coletadas durante a auditoria.
- e) Expectativas relativas à gestão das finanças públicas, tais como a conformidade com um sistema de controle interno eficaz e eficiente.

Questão 39

O auditor, com poderes jurisdicionais, avalia, com base no seu julgamento profissional, se existe evidência suficiente e apropriada de que o agente público pode ser pessoalmente responsabilizado por atos de não conformidade. O julgamento profissional para determinar se o agente público é ou não pessoalmente responsável por atos de não conformidade pode incluir, exceto:

- a) Uma avaliação da forma como as responsabilidades mencionadas pela lei ou incluídas na descrição do cargo do agente público foram realizadas.
- b) Determinar se o ato de não conformidade ou ilegal do agente público causou perda identificada, mau uso ou desperdício de fundos ou bens públicos.

- c) Uma avaliação das possíveis circunstâncias excludentes de responsabilidade (isto é, força maior, circunstâncias imprevisíveis).
- d) Uma avaliação das relações entre contadores públicos e gestores públicos e os possíveis efeitos e as consequências que os atos de não conformidade podem ter.
- e) A composição da equipe de auditoria e a alocação do trabalho, incluindo qualquer necessidade de especialistas e as datas de controle de qualidade.

Questão 40

A documentação de auditoria pode ser registrada em papel, em formatos eletrônicos ou outros. Exemplos de documentação de auditoria incluem, exceto:

- a) Programas de auditoria.
- b) Análises.
- c) Memorandos de assuntos do trabalho.
- d) Resumos de assuntos significativos.
- e) Importância da evidência de auditoria obtida.

PROVA: FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 41

Aquele agente que realiza suas atribuições com rapidez, qualidade, buscando o melhor resultado e o menor custo possível, no aspecto econômico-jurídico, buscando solução satisfatória, em tempo adequado, em favor do interesse público e segurança jurídica, estará fazendo alusão do princípio administrativo da:

- a) legalidade.
- b) produtividade.
- c) eficiência.
- d) moralidade.
- e) economicidade.

Questão 42

Em conformidade com o disposto pela Lei nº 14.133 de 2021, que trata das licitações e contratos, é correto afirmar ser modalidade de licitação restrita a contratações em que a Administração Pública vise a contratar objeto que envolva, entre outras, a impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração.

- a) Concorrência.
- b) Diálogo competitivo.
- c) Leilão.
- d) Melhor preço.
- e) Pregão.

Questão 43

Em conformidade com o expresso pela Lei nº 14.133 de 21, que vem tratar das licitações e contratos no Brasil, é correto afirmar que, das assertivas dispostas, são hipóteses em que a licitação será dispensável para contratação que tenha por objeto:

- I - Bens ou serviços produzidos ou prestados no País que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional.
- II - Abastecimento ou suprimento de efetivos militares em estada eventual de curta duração em portos, aeroportos ou localidades diferentes de suas sedes, por motivo de movimentação operacional ou de adestramento.
- III - Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.

- a) I, somente.
- b) I e II, somente.

- c) II e III, somente.
- d) I e III, somente.
- e) I, II e III.

Questão 44

Observadas as normas em face das licitações, tratadas expressamente pela Lei de licitação 14.133 de 2021, é correto afirmar que, contado da data de intimação ou lavratura da ata, em face de anulação, caberá recurso no prazo de:

- a) três dias úteis.
- b) quatro dias úteis.
- c) cinco dias úteis.
- d) dez dias úteis.
- e) dez dias corridos.

Questão 45

Conforme dispõe expressamente a Lei 14.133 de 2021, o contrato cujo objeto é a prestação de serviços, que pode incluir a realização de obras e o fornecimento de bens, com o objetivo de proporcionar economia ao contratante, na forma de redução de despesas correntes, remunerado o contratado com base em percentual da economia gerada, é entendido como contrato:

- a) programado.
- b) econômico.
- c) de mediação.
- d) de eficiência.
- e) de garantia.

PROVA: LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 46

Leia as afirmativas abaixo de acordo com o Regimento Interno do Poder Legislativo do Ipojuca. A Mesa Diretora não aceitará, sendo restituída ao seu autor, a proposição que:

- I – versar sobre assunto alheio à competência da Câmara.
- II – delegue a qualquer outro Poder, atribuições privadas do Legislativo.
- III – não contenham em anexo, a transcrição de dispositivo de lei, decreto, regulamento, ato ou contrato, a que invoquem por fundamento, ou façam alusão a seu texto.
- IV – contenha dispositivo que conceda poderes ilimitados ao Executivo.

Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) II e III, apenas.
- c) III e IV, apenas.
- d) II e IV, apenas.
- e) I, II, III e IV.

Questão 47

De acordo com o Regimento Interno do Poder Legislativo do Ipojuca, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Mesa tem por função específica a direção dos trabalhos legislativos plenários da Câmara, constituindo-se de um Presidente, de 1º e 2º Vice-Presidente, e dos 1º e 2º Secretários.
- b) Cada legislatura se divide em 2 (duas) Sessões Legislativas.
- c) A sessão legislativa não será interrompida sem a aprovação da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO.
- d) A Câmara Municipal funciona nas dependências do Poder Legislativo.

e) Em cada período legislativo, haverá, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 30 (trinta) sessões, vedada a realização de mais de uma sessão ordinária por dia.

Questão 48

Em consonância com a Lei Orgânica do Município do Ipojuca, compete ao Município:

- a) instituir impostos sobre templos de qualquer culto.
- b) subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recursos pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falantes ou qualquer outro modo de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração.
- c) suplementar a legislação federal e estadual no que couber.
- d) recusar fé aos documentos públicos.
- e) utilizar tributos com efeito de confisco.

Questão 49

A respeito do orçamento do município do Ipojuca, assinale a alternativa correta.

- a) A lei orçamentária anual não compreenderá o orçamento de investimentos de empresas em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.
- b) É obrigatória a concessão ou utilização de créditos ilimitados.
- c) A despesa com pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar federal.
- d) É obrigatória a abertura de crédito, suplementar ou especial, mesmo que sem prévia autorização legislativa, por maioria absoluta.
- e) É lícita a instituição de fundos de qualquer natureza, sem prévia autorização legislativa, desde que por maioria absoluta.

Questão 50

Leia as afirmativas abaixo.

Em consonância com o Regimento Interno do Poder Legislativo do Ipojuca, são atribuições do Presidente:

- () quanto às proposições, proceder à distribuição da matéria às Comissões Permanentes ou Especiais.
- () quanto às Comissões, designar seus membros titulares e suplentes mediante comunicação dos Líderes, ou independentemente desta, se expirado o prazo fixado.
- () quanto à Mesa, tomar parte nas discussões e deliberações sem direito a voto.
- () quanto às publicações e divulgação, não permitir a publicação de pronunciamentos ou expressões atentatórios ao decoro parlamentar.

Assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- a) V-F-V-F
- b) F-V-F-V
- c) V-V-F-V
- d) F-F-V-F
- e) V-F-F-V